

BOLETIM DE CONJUNTURA

66



2011
3º TRIMESTRE

preços de venda

carteira de encomendas

estado dos negócios

produção e utilização da capacidade

tendências

peçoas ao serviço



A P I C C A P S

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADO COMPONENTES E ARTIGOS DE PELE E SEUS SUCEDÂNEOS

No terceiro trimestre de 2011, a produção da indústria portuguesa de calçado estabilizou e a sua carteira de encomendas diminuiu, refletindo a degradação da conjuntura económica nacional e internacional. Apesar disso, a indústria continuou a demonstrar uma ligeira tendência para o reforço do seu nível de emprego. As preocupações sectoriais continuam a ser lideradas pela alta do preço das matérias-primas, que se traduziu numa tendência de subida dos preços do calçado.

Globalmente, a apreciação que as empresas fazem do estado dos negócios manteve-se positiva, embora aquém dos níveis extremamente elevados que atingiu em trimestres recentes.

Para o último trimestre do ano, as empresas esperam algum abrandamento da produção, resultante do comportamento da carteira de encomendas no trimestre agora terminado, e a estabilização dos preços e do emprego.

Publicação Trimestral editada pela



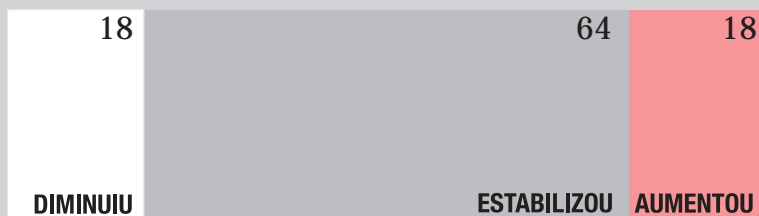
ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE CALÇADO
COMPONENTES E ARTIGOS DE PELE E SEUS SUCEDÂNEOS

Com o apoio do programa COMPETE

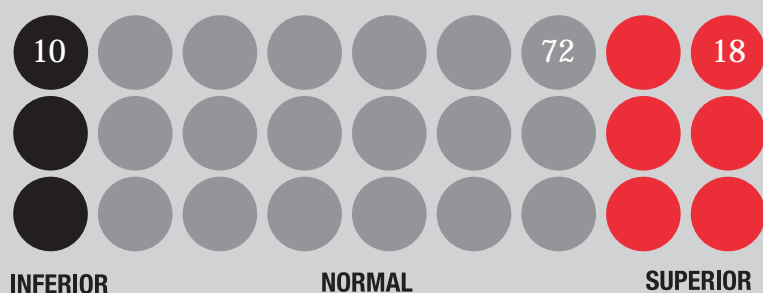
Coordenação Técnica
CEGEA - Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada da
Universidade Católica Portuguesa, Porto

Produção

Durante o 3º trimestre de 2011, quase dois terços das empresas viram a sua produção estabilizar face ao trimestre anterior e, entre as restantes, as que registaram um aumento foram em número exatamente igual ao das que sofreram uma diminuição. Esta evolução ficou aquém das expectativas, uma vez que, no final do 2º trimestre, as previsões apontavam para uma continuação do reforço da produção.



Utilização da Capacidade



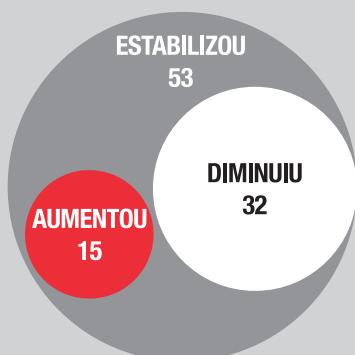
Esta estabilização dá-se, no entanto, num nível elevado: as empresas que consideram que a sua utilização da capacidade produtiva está acima do normal para a época do ano continuam a exceder as que declaram o oposto, sendo este saldo de respostas extremas (s.r.e.) de 8 pontos percentuais (p.p.). Este foi o sexto trimestre consecutivo em que este saldo se apresentou positivo, uma sequência sem precedentes desde o início do século.

Carteira de encomendas

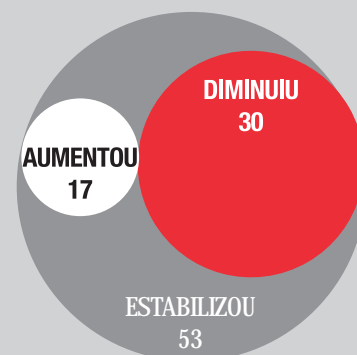
Embora as previsões formuladas no final do segundo trimestre apontassem já para um abrandamento da carteira global de encomendas, este foi mais brusco do que esperado, tendo as empresas que constataram uma diminuição da carteira excedido em 17 p.p. as que a conseguiram reforçar. Este saldo corresponde à evolução menos favorável dos últimos dois anos e meio. As empresas que não vendem coleção própria foram as únicas a apresentar um saldo positivo.

A evolução das encomendas do estrangeiro foi ligeiramente melhor, sendo o saldo de respostas extremas de -13 p.p., o primeiro saldo negativo no último ano e meio. Ainda assim, é de salientar que, tanto no que respeita à carteira global como às encomendas do estrangeiro, a maioria (53%) das empresas aponta para a sua estabilização, sendo essa percentagem mais elevada entre as empresas de maior dimensão.

CARTEIRA GLOBAL DE ENCOMENDAS



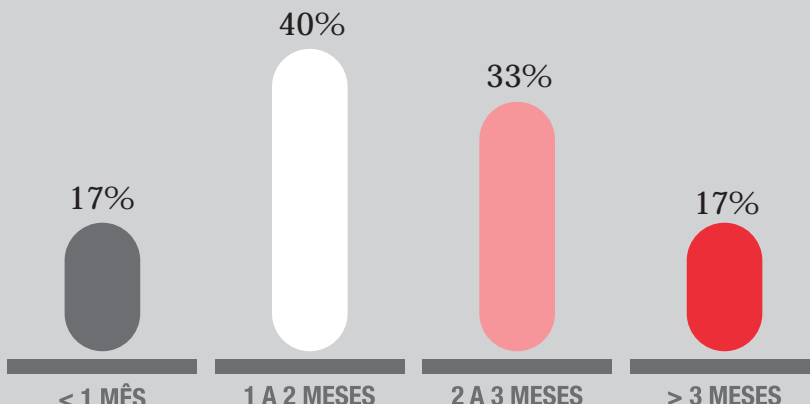
CARTEIRA DE ENCOMENDAS DO ESTRANGEIRO



Horizonte

PRODUÇÃO ASSEGURADA POR ENCOMENDAS

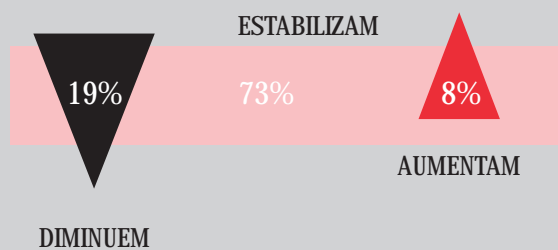
Em consonância com as respostas anteriores, a percentagem de empresas que dizem que a sua carteira de encomendas lhes assegura menos de um mês de produção aumentou, de 11% para 17%, o mesmo tendo acontecido à percentagem das que dizem ter 1 a 2 meses de produção assegurada, de 37% para 40%. Depois um considerável reforço nos trimestres anteriores, a carteira média recuou agora para níveis sensivelmente iguais aos verificados há um ano atrás.



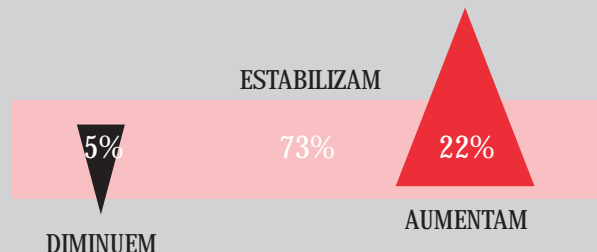
Preço

Apesar do abrandamento na produção e encomendas, as respostas das empresas continuam ainda a apontar para uma tendência de subida dos preços. Quanto aos preços em Portugal, as empresas que dizem que aumentaram superaram em 10 p.p. as que afirmam que diminuíram. No que diz respeito aos preços no estrangeiro, o s.r.e. é mais acentuado, atingindo os 17 p.p. No entanto, em ambos os casos, cerca de três quartos das empresas declaram que os preços se mantiveram estáveis.

EM PORTUGAL



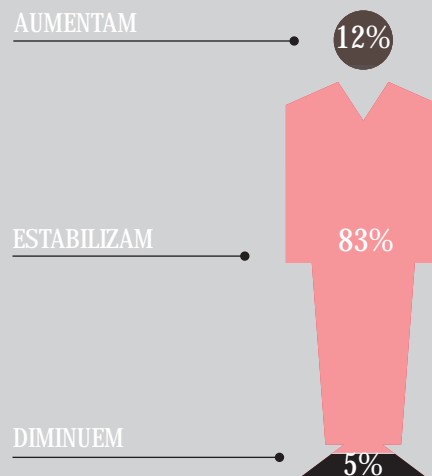
NO ESTRANGEIRO



Pessoas ao serviço

PREVISÃO DE EMPREGO

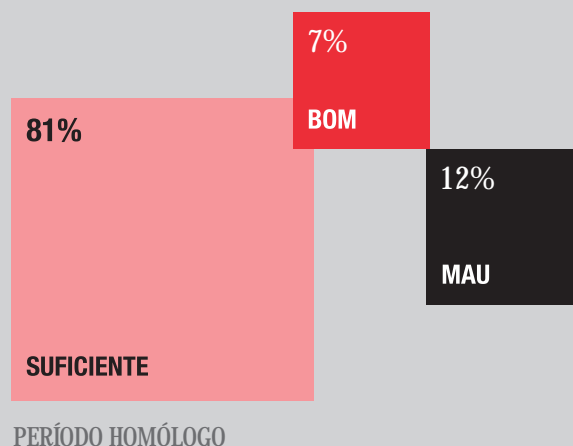
O panorama relativo ao emprego na indústria é semelhante: uma larga maioria das empresas afirma que o número de pessoas ao seu serviço não se alterou mas as que dizem que o reforçaram excedem as que dizem o oposto em 7 p.p., apontando para uma tendência positiva, mesmo perante o abrandamento da produção registado no trimestre. Foi mesmo o sétimo trimestre consecutivo em que aquele saldo se apresentou positivo, facto sem precedentes, desde que, em 1995, se iniciou a publicação deste Boletim.



Estado dos negócios

Apesar do abrandamento na produção e encomendas, a opinião das empresas inquiridas sobre a conjuntura mantém-se positiva, com quatro em cada cinco a considerarem que o estado atual dos negócios é suficiente e a percentagem das que o dizem bom a exceder em 5 p.p. a das que pensam que é mau. Embora positivo, este saldo fica consideravelmente aquém das perspetivas formuladas no final do trimestre anterior.

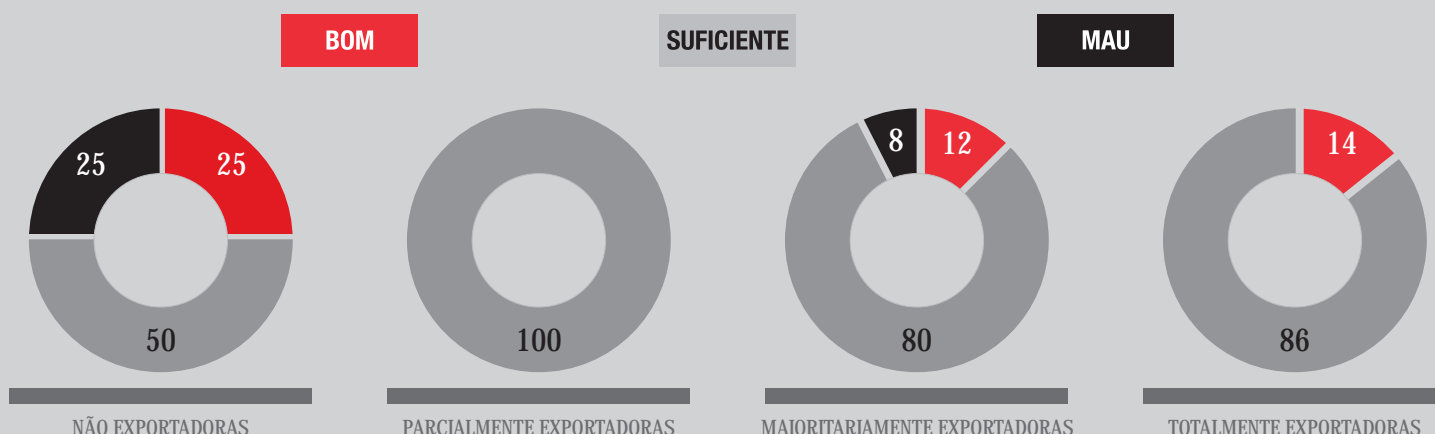
O abrandamento da conjuntura é, no entanto, patente nas opiniões das empresas sobre a comparação entre o atual estado dos negócios e o que se verificava um ano antes: pela primeira vez, no último ano e meio, as empresas que entendem que o estado de negócios piorou excedem as que consideram que melhorou, sendo o s.r.e. de -7 p.p., indiciando uma inversão na evolução da conjuntura.



I.I. - Estado dos negócios por dimensão da empresa, orientação de mercado e peso da colecção própria nas vendas.

As opiniões sobre o estado dos negócios são tendencialmente mais favoráveis entre as empresas de maior dimensão bem como entre as mais orientadas para os mercados externos.

Em contrapartida, não parece haver relação entre o peso da colecção própria nas vendas e o estado dos negócios.

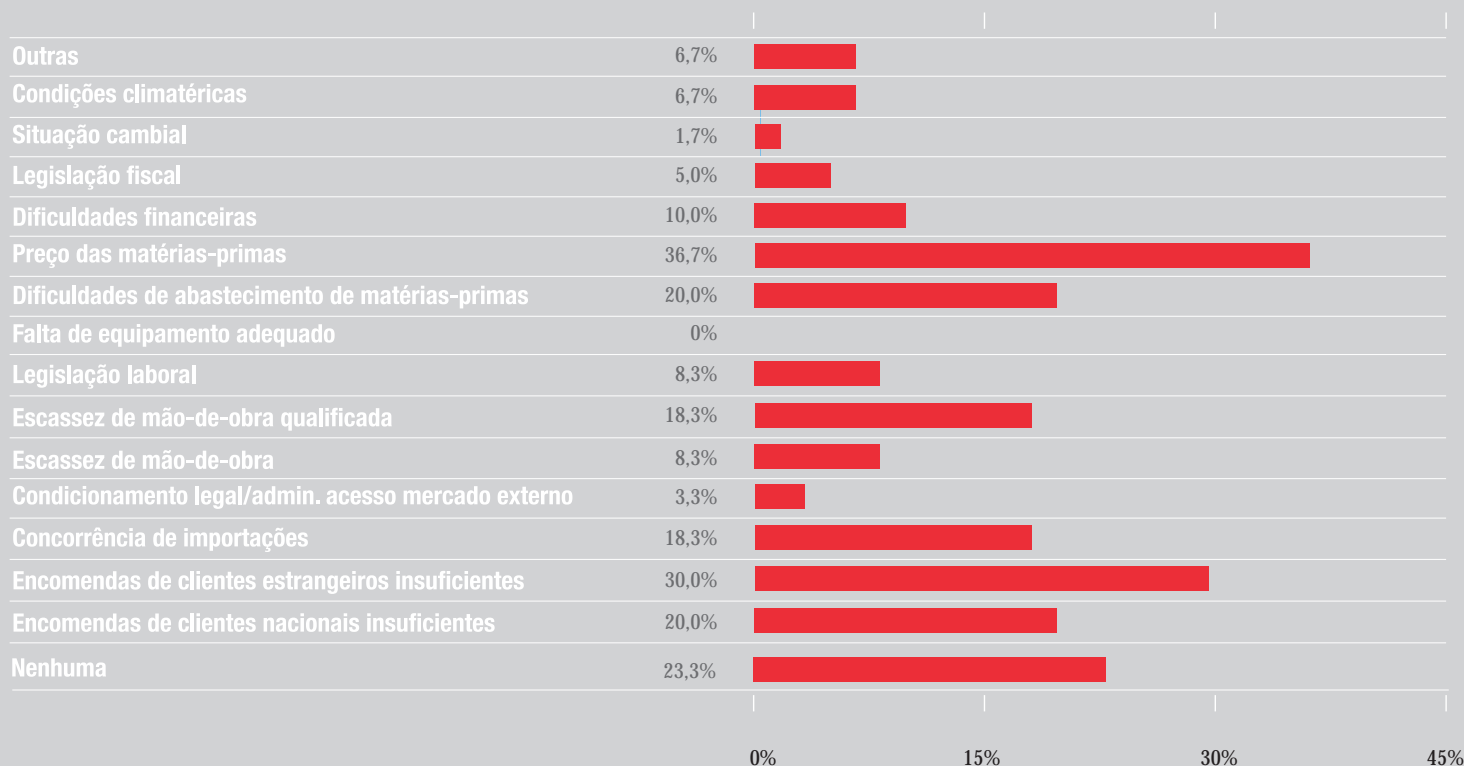


Limitações à produção

O preço das matérias-primas foi a limitação à produção ou vendas a que as empresas se referiram em maior número, tal como já tinha acontecido no trimestre anterior: 37% dos inquiridos afirmaram ter sentido esse problema. No entanto, as referências a dificuldades no abastecimento de matérias-primas diminuíram consideravelmente face ao segundo trimestre, embora se mantenham em nível elevado (20%). Surpreendentemente, em face do abrandamento da atividade descrito na secção anterior, as referências à escassez de encomendas reduziram-se consideravelmente, embora se mantenham entre as limitações mais comuns: 30% das empresas dizem debater-se com insuficiência de encomendas de clientes estrangeiros e 20% dizem o mesmo das nacionais. Uma percentagem ligeiramente inferior (18%) considera a concorrência das importações um dos seus maiores problemas.

A escassez de mão de obra qualificada encontra-se também entre as dificuldades mais referidas (18%). Apesar da sua menor relevância global, é de destacar o crescimento verificado no número de referências às condições climatéricas, que foram mencionadas por 7% das empresas, e à legislação fiscal, por 5%.

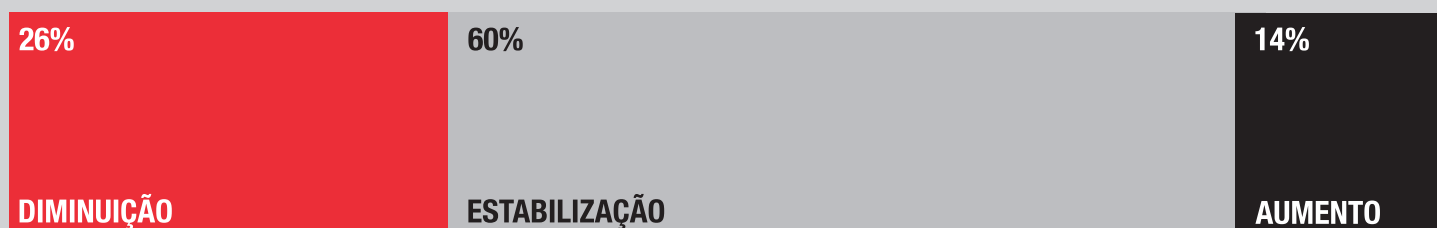
Apesar dos sinais de degradação da conjuntura, quase um quarto (23%) dos inquiridos continuam a declarar não enfrentar nenhuma dificuldade e a percentagem dos que dizem ter dificuldades financeiras manteve-se nos 10%. O facto de o número de respostas ao inquérito de conjuntura da APICCAPS ter ficado algo aquém do habitual prejudica a comparação com períodos anteriores e poderá explicar a aparente contradição entre a evolução dos indicadores de dificuldades e limitações e os sinais de degradação da conjuntura anteriormente descritos.



Tendências da produção

Refletindo o abrandamento da carteira de encomendas descrito anteriormente, as empresas que preveem que a produção no último trimestre do ano seja inferior à do terceiro trimestre excedem as que afirmam o inverso (s.r.e. -12 p.p.), embora seis em cada dez inquiridos esperem que permaneça estável.

Desde 2006 que este saldo não apresentava um resultado desta ordem de grandeza. Na sua interpretação há, no entanto, que ter em conta que se segue a um ano de consecutivos reforços na produção.

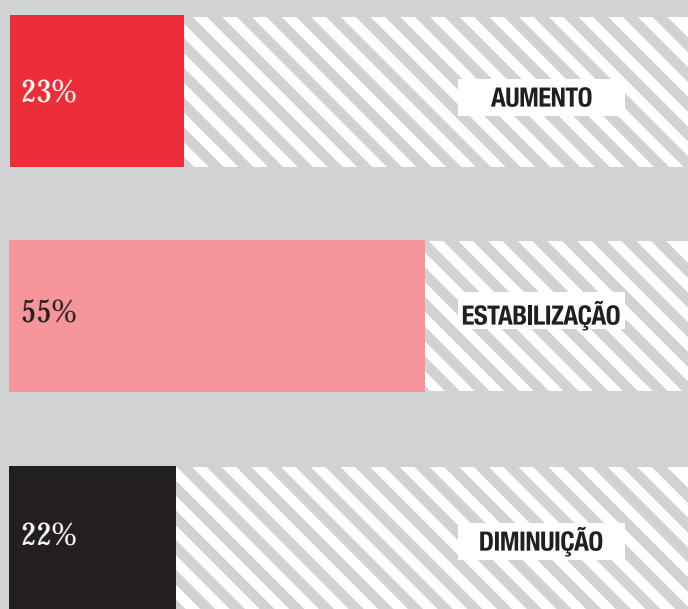


Perspectivas de Encomendas

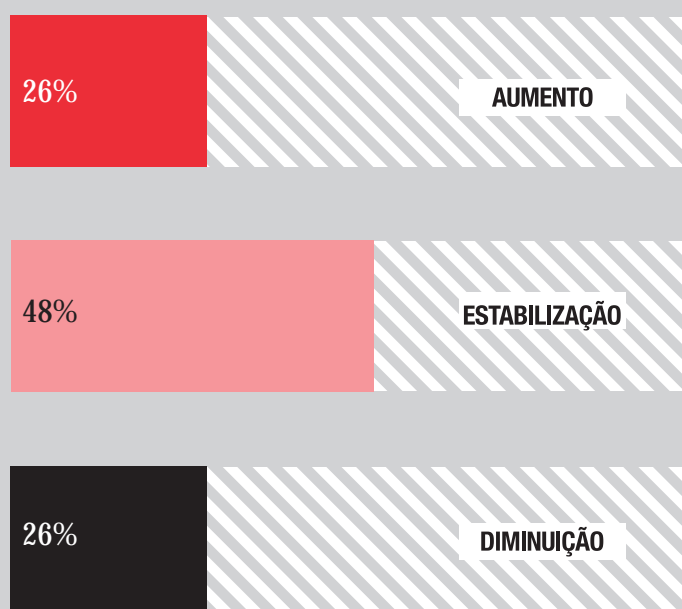
As empresas admitem que a situação de mercado se mantenha sensivelmente inalterada, apontando as suas respostas para a manutenção do nível da carteira global de encomendas: as que esperam o seu aumento são em número praticamente idêntico ao das que receiam a sua diminuição e a maioria (55%) afirma que a carteira irá estabilizar.

As perspetivas relativas à carteira de encomendas do estrangeiro são praticamente idênticas: o saldo de respostas extremas é nulo e quase metade das empresas indicaram a sua estabilidade. As perspetivas são, no entanto, mais favoráveis entre as empresas para quem a coleção própria representa uma maior percentagem do volume de negócios.

PREVISÃO CARTEIRA GLOBAL DE ENCOMENDAS



PREVISÃO CARTEIRA DE ENCOMENDAS DO ESTRANGEIRO

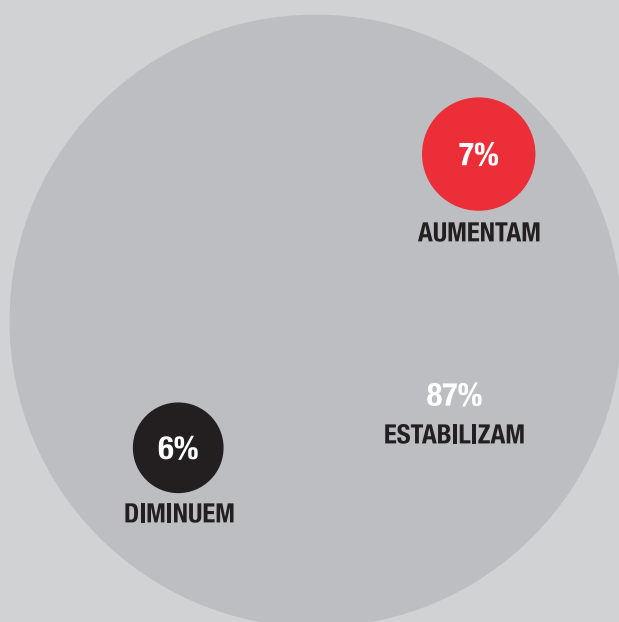


Perspectivas de preços de venda

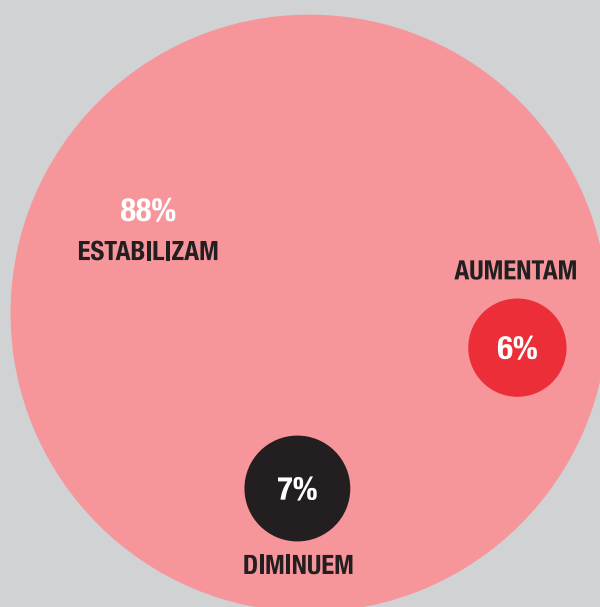
Depois da tendência de subida que caracterizou os períodos mais recentes, para o final do ano, as empresas anteveem a estabilidade dos preços em Portugal: quase nove em cada dez (87%) preveem essa evolução e, entre as restantes, as que esperam o aumento são em número idêntico ao das que receiam uma diminuição.

Quanto aos preços no estrangeiro, as previsões são ligeiramente mais desfavoráveis, com o saldo entre as que esperam um aumento e uma diminuição a ser negativo em 2 p.p., o que acontece pela primeira vez nos últimos sete trimestres.

PREVISÃO DE PREÇOS EM PORTUGAL

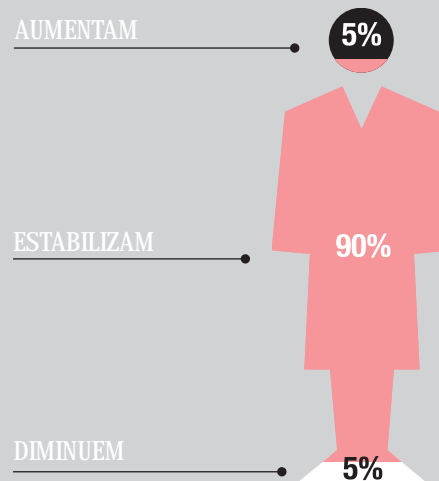


PREVISÃO DE PREÇOS NO ESTRANGEIRO



Perspectivas sobre o emprego

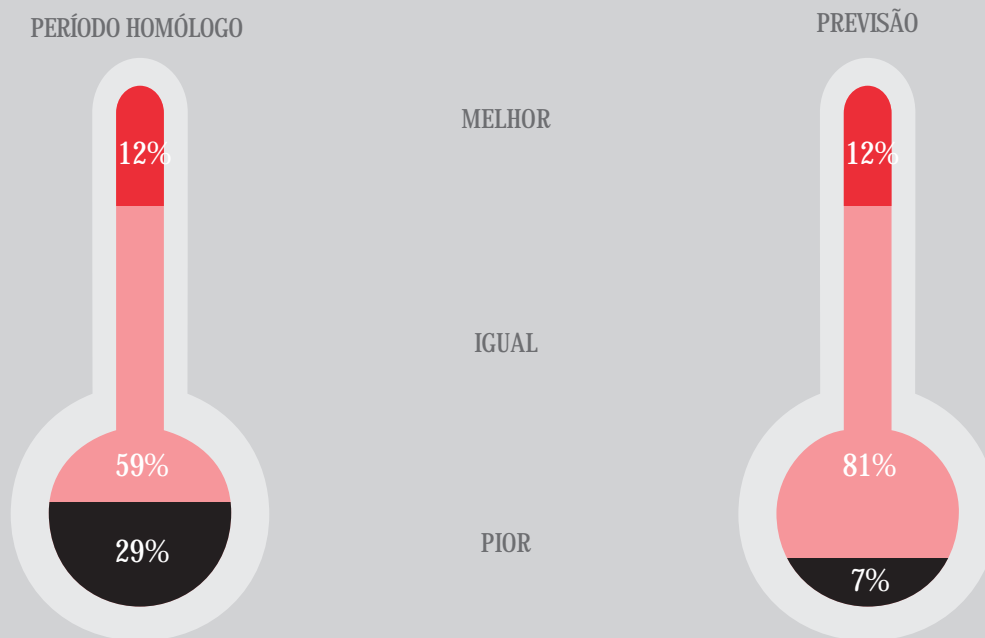
Estabilidade é também o sentido das perspetivas sobre o número de pessoas ao serviço, com nove em cada dez inquiridos a afirmarem que não preveem alterações e com os restantes a distribuírem-se em partes iguais entre as opções de aumento e diminuição. Só entre as pequenas empresas se encontram algumas referências ao aumento do emprego.



Perspectivas sobre o estado dos negócios

As empresas que esperam que o estado dos negócios no último trimestre do ano seja positivo são mais numerosas do que as que preveem o oposto, sendo o saldo de respostas extremas de + 5 p.p. A larga maioria, mais de quatro em cada cinco, perspectivam um estado dos negócios suficiente.

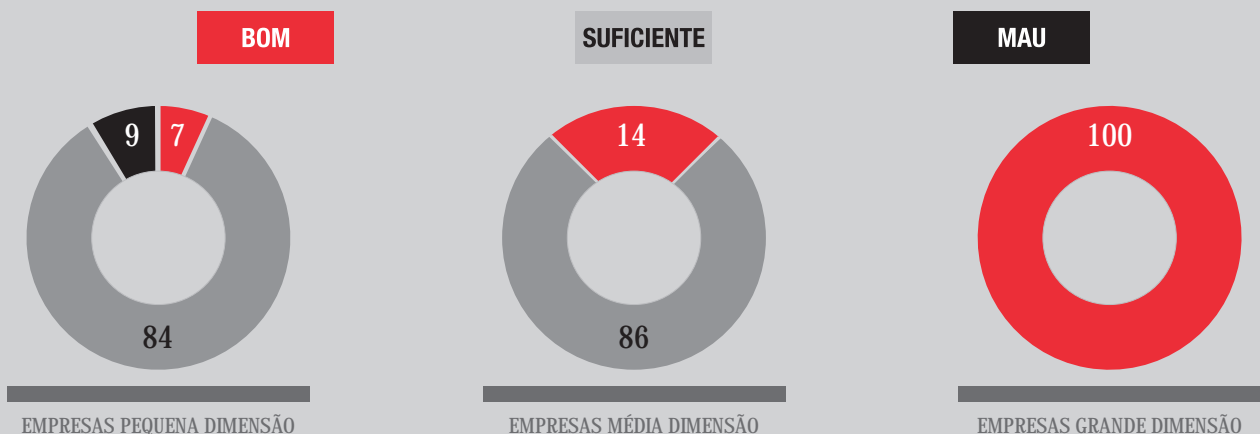
No entanto, os sinais de deterioração da conjuntura são mais evidentes quando se solicita uma comparação entre o estado dos negócios previsto para o quarto trimestre de 2011 e o verificado no último trimestre do ano anterior: embora a maioria das empresas (59%) digam que será igual, as que receiam que seja pior excedem em 17 p.p. as que pensam que será melhor.



Apuramento dos resultados

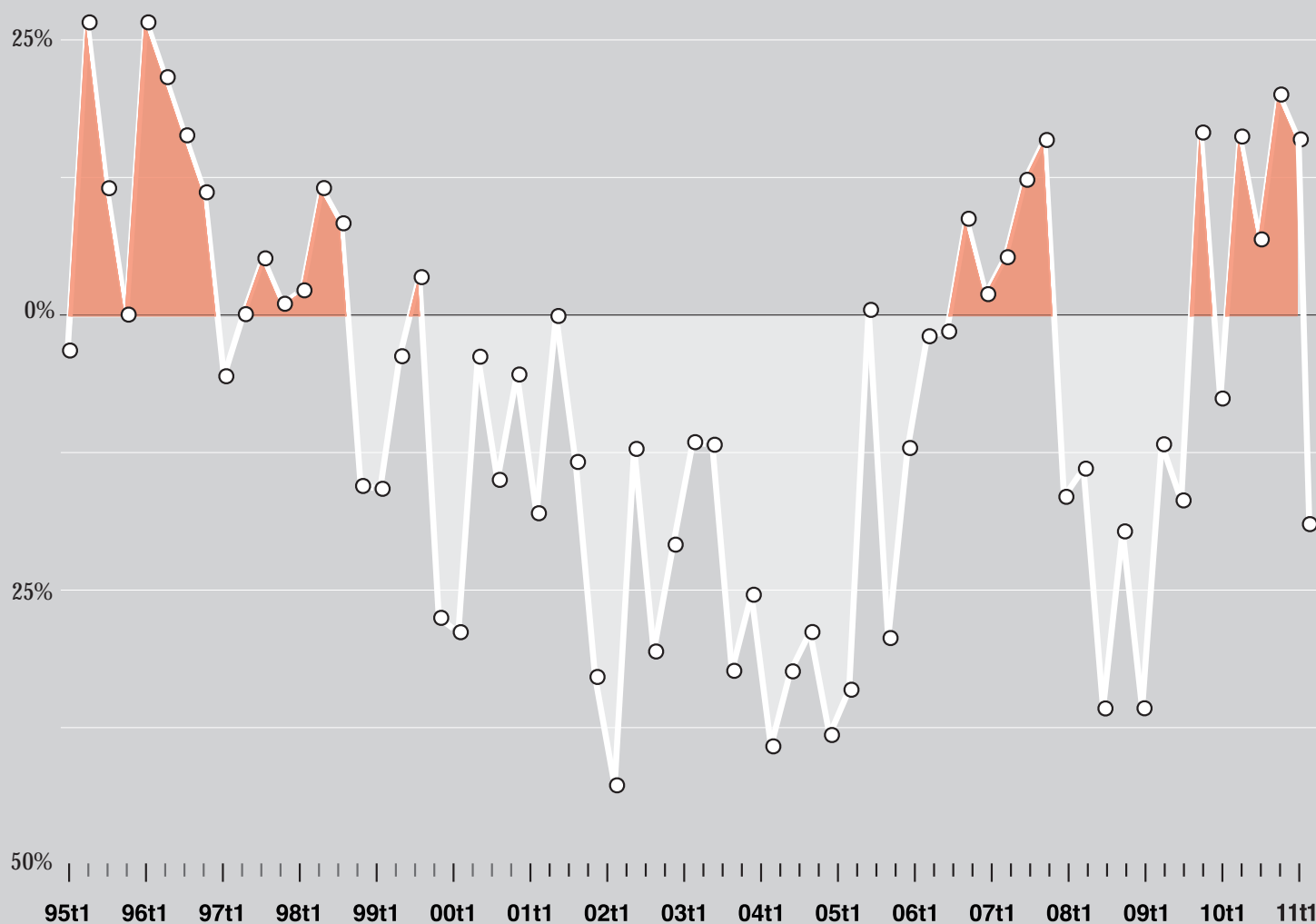
Por dimensão da empresa, orientação de mercado e peso da colecção própria nas vendas.

Ao contrário do que aconteceu em períodos anteriores, não se encontra agora relação entre as previsões formuladas pelas empresas e o peso da coleção própria nas suas vendas. As empresas de maior dimensão e as mais orientadas para os mercados externos tendem, no entanto, a formular previsões mais favoráveis.



Indicador de síntese Expectativas empresariais

O Indicador Síntese de Expectativas Empresariais assinala de forma agregada a inversão nas perspetivas empresariais, passando de um valor positivo de +16 p.p. para -15 p.p.



Para o último trimestre do ano, as empresas preveem o agravamento das suas duas principais dificuldades: 42% esperam debater-se com insuficiência de encomendas de clientes estrangeiros e com o alto preço das matérias-primas, quando a percentagem das que sentiram estas dificuldades no corrente trimestre foram, respetivamente, 30% e 37%.

As empresas preveem ainda o agravamento da concorrência das importações (23%) e das condições climáticas (8%). Em contrapartida, esperam um considerável abrandamento da escassez de mão de obra (0%) e de mão de obra qualificada (13%), fruto da evolução negativa da produção.

Notas de Conjuntura

O Instituto Nacional de Estatística publicou, em outubro, a sua Síntese Económica de Conjuntura relativa a setembro. Segundo o INE, os indicadores disponíveis apontam quase unanimemente para a deterioração da situação económica nacional:

“Em Portugal, o indicador de clima económico atingiu em setembro o valor mais baixo desde abril de 2009. O indicador de atividade económica, disponível até agosto, prolongou o perfil negativo observado no último ano. O indicador de consumo privado apresentou uma redução ligeiramente menos intensa em agosto, refletindo contributos no mesmo sentido do consumo corrente e do consumo duradouro. No mesmo mês, o indicador de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registou uma diminuição mais acentuada, em resultado do contributo negativo das componentes de construção e de material de transporte, mais significativo no primeiro caso. Relativamente ao comércio internacional de bens, em termos nominais, em agosto as exportações voltaram a registar um crescimento homólogo expressivo, de 13,9% (15,3% em julho), enquanto as importações apresentaram uma redução homóloga de 5,2% (+0,2% no mês anterior). Em setembro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi 3,6% (2,9% em agosto). (...)”

Instituto Nacional de Estatística, Síntese Económica de Conjuntura, setembro de 2011

No seu Boletim Económico de outono, o Banco de Portugal considera que esta evolução é inevitável não se podendo esperar melhorias significativas a curto ou médio prazo:

“O ano de 2011 é marcado pelo início do inadiável processo de ajustamento da economia portuguesa. Este processo deverá ser caracterizado por uma forte restritividade da política orçamental, por uma desalavancagem gradual mas significativa do setor privado, incluindo o setor bancário, e pelo reforço das instituições favoráveis à inovação, à concorrência e à reafetação de recursos na economia. Dada a magnitude do atual hiato entre a poupança e o investimento internos - traduzido em elevadas necessidades de financiamento externo - perspetiva-se um período de forte contração da procura interna, que não pode deixar de refletir-se no crescimento da economia portuguesa. Este ajustamento comportará elevados custos económicos e sociais, mas surge como um imperativo incontornável. (...) Não obstante, a trajetória da economia portuguesa no futuro próximo encontra-se ainda rodeada de elevada incerteza, em função, nomeadamente, das características da resolução institucional da atual crise da dívida soberana na área do euro, bem como da magnitude e persistência da dinâmica de desaceleração da economia internacional. Neste quadro, a economia portuguesa deverá contrair acentuadamente em 2011 e mais ainda em 2012.”

Banco de Portugal, Boletim Económico, outono de 2011

O Governo português apresentou recentemente a proposta de Orçamento de Estado para 2012 e o cenário macroeconómico subjacente. Globalmente, o Governo prevê que o Produto Interno Bruto recue 1,9 por cento, este ano, e 2,8 por cento, em 2012. Para um setor produtor de bens de consumo, como o calçado, são, no entanto, mais relevantes as previsões relativas ao consumo privado e às exportações.

A quebra do rendimento disponível das famílias e a subida dos preços resultante do agravamento da fiscalidade deverão originar uma evolução bastante negativa do consumo privado, que deverá cair 3,5 por cento, já em 2011, e 4,8 por cento, no ano seguinte. As exportações deverão ter um comportamento mais favorável, acreditando o Governo que possam crescer 6,7 por cento, este ano, e 4,8 por cento, no próximo, apesar da degradação da conjuntura económica internacional que se perspetiva.

A este propósito, no seu Regional Economic Outlook: Europe, de outubro, o Fundo Monetário Internacional perspetiva um crescimento do PIB da zona euro de 1,6%, em 2011, e de apenas 1,1%, em 2012, o que está longe de constituir o contexto mais favorável ao crescimento das exportações portuguesas. Este relatório, divulgado antes da publicação do Orçamento de Estado, previa uma queda do PIB português mais limitada do que a depois prevista pelo Governo (1,8%).

Entretanto, mais recentemente, no final de outubro, a OCDE publicou previsões atualizadas para a evolução económica do G20, o grupo das 20 maiores economias do mundo. De acordo com aquela organização, o crescimento económico conjunto deverá ser apreciável: 3,9% este ano e 3,8% em 2012. No entanto, este crescimento deverá distribuir-se de forma muito desigual entre os países: enquanto nas economias emergentes do G20, o PIB deverá crescer 7,2%, em 2011, e 6,7%, em 2012, na zona euro, onde se concentram as exportações portuguesas, não deverá ir além de 1,6% este ano e de uns meros 0,3% no próximo. A OCDE avisa, ainda, que “As incertezas relativas às perspetivas económicas de curto prazo aumentaram dramaticamente nos últimos meses.” Este cenário de estagnação nos seus principais mercados constitui um sério desafio à capacidade exportadora das empresas nacionais.